



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**RELATÓRIO DE
ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO**

2006/2008

**XVII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação
Lisboa, 17 e 18 de Julho de 2008**

Índice

1.	Considerações Gerais	4
2.	Cooperação Intra-Comunitária	6
2.2.	Centros Regionais de Excelência	6
2.2.1.	Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE)	6
2.2.2.	Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP)	6
2.3.	Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MGC)	7
2.4.	IV e V Reuniões Técnicas de Telecomunicações dos Países da CPLP	7
2.5.	Bolsas CADAP - Curso de Alta Direcção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	8
3.	Questões Temáticas	9
3.2.	Educação	9
3.2.1.	Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa – II fase	9
3.2.2.	Conferência sobre Educação Profissional e Tecnológica	9
3.3.	Saúde	10
3.3.1.	Apoio à Capacitação dos Recursos Humanos em Saúde nos PALOP	10
3.3.2.	Primeiro Seminário sobre Terapêutica de Malária da CPLP	10
3.3.3.	Semana da Saúde da CPLP	10
3.3.4.	Reunião dos Institutos Nacionais de Saúde da CPLP	11
3.3.5.	Primeiro Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa	11
3.3.6.	II Encontro de Medicina Tropical dos Países de Língua Portuguesa	12
3.3.7.	Reuniões Técnicas Preparatórias da I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP	12
3.3.8.	Bibliotecas Móveis de Enfermagem em Português	12
3.3.9.	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde - PECS	13
3.3.10.	Problemática do VIH/SIDA	13
3.3.10.1.	Congressos da CPLP sobre DST e SIDA	13
3.3.10.2.	III Reunião de "Laços Sul-Sul"	14
3.3.10.3.	II Mostra de Saúde e Prevenção nas Escolas do Brasil	15
3.3.10.4.	Criação de uma Rede de Educação Lusófona	16
3.3.10.5.	Parceria com a ONUSIDA	16

3.4.	Trabalho Infantil	17
3.4.1.	Combate ao Trabalho Infantil nos Países de Língua Portuguesa	17
3.4.2.	I Reunião de Pontos Focais Sectoriais do Trabalho Infantil	17
3.4.3.	Conferência – 10 Anos de Combate à Exploração do Trabalho Infantil em Portugal	18
3.5.	Juventude e Desportos	18
3.5.1.	Curso Internacional de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol, dos Países de Língua Portuguesa	18
3.5.2.	Centro Internacional da Juventude CPLP	19
3.6.	Ambiente	19
3.6.1.	O Processo “Mares da CPLP”	19
3.6.2.	Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas	20
3.6.3.	Workshop Internacional sobre Clima e Recursos Naturais	20
3.6.4.	Seminários de Formação e Produção de Material Didáctico no âmbito do Projecto SureAfrica	21
3.6.5.	Fórum sobre Energias Renováveis	21
3.6.6.	Educação Ambiental	22
3.6.7.	Programa de Combate à Desertificação na CPLP	22
3.6.8.	Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade Territorial, Gestão da Terra e Aspectos Legais	23
3.7.	Sistemas de Informação, TIC e Engenharia	24
3.7.1.	Seminário "A importância dos Sistemas de Informação Geográfica na Gestão dos Recursos Geológicos e Mitigação dos Riscos Geológicos	24
3.7.2.	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP	24
3.7.3.	Governo Electrónico	24
3.8.	Segurança Alimentar e Nutricional	25
4.	Cooperação Económica e Empresarial	26
4.1.	II Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa	26
5.	Administração Pública	27
5.1.	I Encontro dos Institutos de Administração Pública da CPLP	27
6.	Cooperação com a Sociedade Civil	28
		2

6.1.	I Reunião do Secretariado Executivo com os Observadores Consultivos da CPLP	28
6.2.	II Reunião do Secretariado Executivo com os Observadores Consultivos da CPLP	29
6.3.	Protocolos de Cooperação	30
7.	Cooperação com Organismos Internacionais	31
7.1.	Organização das Nações Unidas (ONU)	31
7.1.1.	Cooperação entre as Nações Unidas e as Organizações Regionais	31
7.1.2.	Processo de Alto Nível entre as Nações Unidas e as Organizações Regionais e outras Organizações Intergovernamentais	32
7.1.2.1.	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	33
7.1.2.2.	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)	34
7.1.2.3.	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)	35
7.1.2.4.	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)	35
7.1.2.5.	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	36
7.1.2.6.	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	36
7.1.2.7.	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)	36
7.1.2.8.	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)	37
7.1.2.9.	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	37
7.2.	Cooperação com Organizações Regionais	38
7.2.1.	Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO)	38
7.2.2.	União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA)	38
7.2.3.	União Africana (UA)	38
7.2.4.	Conselho da Europa	39
7.2.5.	Comissão Europeia (CE)	39
8.	Conclusões	40

1. Considerações Gerais

A VI Conferência adoptou dois documentos de referência para a Cooperação no âmbito da CPLP: a Estratégia Geral de Cooperação da CPLP e a Declaração sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Grande parte das actividades, nesse domínio, desenvolveu-se com vista a corresponder às orientações desses documentos.

Foi neste sentido que o Secretariado Executivo e os Estados membros, através dos seus Pontos Focais e das suas representações diplomáticas, trabalharam para finalizar o primeiro Plano Indicativo de Cooperação (PIC), apreciado na XV Reunião de Pontos Focais da Cooperação, a 24 e 25 de Julho de 2007.

Está, igualmente, em marcha a elaboração de um programa sectorial num domínio prioritário para a CPLP, na área saúde, o “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde”, esperando-se, igualmente, que em breve seja possível concluir um outro programa sectorial, este no quadro da cultura: o “Portfolio de Projectos Culturais”.

Seguindo as recomendações do XII Conselho de Ministros, no qual se reconheceu consensualmente a necessidade da definição de uma Estratégia da CPLP para Timor-Leste, foi elaborado um Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste, que aguarda ainda pronunciamento definitivo por parte deste Estado Membro.

As orientações na área da Cooperação, da VI Conferência da CPLP, colocaram importantes desafios à Organização, amplamente reconhecidos pela Conferência, particularmente quanto à necessidade de adequação do Secretariado em termos estruturais e de capacitação técnica. É neste sentido que se tem trabalhado na adequação orgânica dos serviços, tendo sido adoptado o novo Regulamento de funcionamento do Secretariado, para corresponder às alterações estatutárias introduzidas em Bissau. Assim, abriram-se os concursos públicos para o recrutamento do Director Geral e do Director para a Cooperação. Subsequentemente serão preenchidos os cargos de Directores para as áreas ligadas à Língua Portuguesa e Cultura e à Concertação Político-diplomática.

No que se refere às acções realizadas no período em análise, destaque particular para o esforço desenvolvido na área da Formação de Recursos

Humanos. As mais importantes iniciativas, neste âmbito, foram desenvolvidas para capacitar os Estados membros, nomeadamente, em áreas prioritárias como a Educação, a Saúde, o Meio Ambiente e os Direitos Humanos.

Também as questões ligadas ao Ambiente vêm merecendo um interesse crescente, a que o Secretariado tem procurado corresponder com iniciativas próprias e associando-se a iniciativas dos Estados. Saliente-se que o Secretariado tem sido convidado a participar em Conferências internacionais sobre estes temas, assinou recentemente, com a FAO, um Projecto de Cooperação Técnica no domínio do combate à desertificação, encontrando-se em preparação a assinatura de um Protocolo com o Secretariado Permanente da Convenção das Nações Unidas para a Desertificação, o que é demonstração do papel crescente e interesse que a organização vem dedicando ao debate sobre o Meio Ambiente.

Uma nota final para os projectos respeitantes à educação ambiental que foram apresentados na XV Reunião de Pontos Focais da Cooperação.

Com vista a garantir parcerias para a Cooperação no âmbito da CPLP, o Secretariado continua a desenvolver contactos com diversas instituições, de que têm resultado protocolos e entendimentos para acções conjuntas. O elevado número de organizações que passaram a fazer parte dos Observadores Consultivos da CPLP representa um importante potencial que importa converter em parcerias concretas para benefício dos cidadãos dos nossos países.

Foi neste sentido que o Secretariado promoveu já dois encontros (em Outubro de 2007 e Junho de 2008) com os Observadores Consultivos, tendo em vista a sua participação na execução de projectos do Plano Indicativo de Cooperação e de outras acções de cooperação que vierem a ser adoptadas.

De particular interesse, a nível internacional, foi a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia, que, entre outras perspectivas de cooperação, poderá abrir caminho à utilização de fundos da União Europeia para o desenvolvimento.

Foi, também, assinado um Protocolo de Cooperação com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

2. Cooperação Intra-Comunitária

2.2. Centros Regionais de Excelência

2.2.1. Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE)

Subsistem dúvidas quanto modelo de gestão, funcionamento e actividade do centro, não tendo ainda sido possível elaborar um Regulamento Interno e um Plano Estratégico para a instalação e funcionamento do Centro.

Em Julho de 2008 estarão em funcionamento os novos titulares do Conselho Deliberativo que deverão empreender todo um processo de reformatação do modelo de gestão e funcionamento, sendo de esperar a apresentação de um plano de actividades para o biénio 2008/2009 que deve focar-se no desenvolvimento do espírito empreendedor dos agentes económicos da CPLP.

Deverão ainda ser definidas as linhas de actuação e as orientações a seguir pelos Presidente do Conselho Deliberativo e Director do Centro, para o início das actividades.

Prevê-se que o Centro inicie a sua actividade com uma acção de Formação de Formadores em Empreendedores de Micro e Pequenas empresas, devendo os Estados membros ser mobilizados para indicarem candidatos para os cursos que aí vierem a ser ministrados.

2.2.2. Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP)

Este Centro, numa área adstrita ao Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica na Machava (município de Matola), será composto por 5 blocos em construção pré-fabricada, cada qual com cerca de 200m². Os três primeiros blocos destinam-se a 7 salas de aula e à secretaria e administração. Os restantes blocos são para o alojamento de cerca de 50 pessoas.

As obras do Centro iniciaram-se em Agosto de 2006, estando já concluída a primeira fase, com a construção de um dos blocos, e em fase de conclusão a elaboração do desenho da segunda fase, que inclui a construção do auditório multiusos e os restantes dormitórios. Encontra-se prevista uma vista

dos Estados Membros às instalações do Centro em data a anunciar e, no rescaldo dessa visita, será equacionada a possibilidade do início do funcionamento do Centro no quadro das condições já criadas.

2.3. Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MGC)

O Projecto, promovido pela CPLP e realizado pela ABC Brasileira, teve como objectivo geral aperfeiçoar e elevar o nível dos conhecimentos de quadros técnicos dos países membros da CPLP no tocante à metodologia de planeamento e organização relativa ao processo da cooperação para o desenvolvimento.

O projecto desenvolveu 6 módulos formativos, o último dos quais realizado na Guiné-Bissau, de 3 a 7 de Dezembro de 2007, tendo sido capacitados cerca de 123 técnicos provenientes de diferentes áreas de actividade.

A XVI Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), solicitou a continuidade da cooperação brasileira nessa área, o que foi atendido com a apresentação à XVII RPFC, de Julho de 2008, de um novo módulo do programa que versará sobre a temática da gestão do ciclo do projecto.

2.4. IV e V Reuniões Técnicas de Telecomunicações dos Países da CPLP

Realizou-se, a 19 e 20 de Outubro de 2006, em Maputo, a IV Reunião Técnica de Telecomunicações dos Países da CPLP que, sob o tema "Desenvolvimento da Regulação nos Países da CPLP", encerrou a primeira fase do Projecto de Cooperação sobre Telecomunicações da CPLP.

A 10 e 11 de Julho de 2008, teve lugar, na cidade da Praia, a V Reunião Técnica de Telecomunicações dos Países da CPLP, que decorreu sob o tema "Perspectivas para a Regulação o Espaço da CPLP" e abordou temas ligados à situação actual do sector de telecomunicações nos países da CPLP e às novas perspectivas das Comunicações, designadamente no quadro das redes de nova geração, redes de banda larga e "governança" da Internet. Em ambos os encontros estiveram presentes responsáveis de todos os órgãos reguladores dos Estados membros.

A segunda fase do Projecto será consagrada ao desenvolvimento de acções de formação, estando previsto o envolvimento de Portugal e Brasil na sua concretização com a dotação de formadores para o processo.

2.5. Bolsas CADAP - Curso de Alta Direcção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste

Foram já realizadas duas edições deste Curso, no INA de Portugal, que tem como objectivo formar titulares de cargos de direcção superior e intermédia e licenciados da Administração Pública dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Os objectivos deste curso passam pela difusão de matérias curriculares que visam dotar os participantes com ferramentas e instrumentos operativos em termos de uma nova cultura de gestão orientada para a promoção da excelência de capital humano, a obtenção e a avaliação de resultados, a promoção da inovação e da qualidade, o potenciar as novas redes tecnológicas e a gestão de projectos e avaliação de impactos.

A I edição decorreu entre Janeiro e Maio de 2007 e a II edição entre Fevereiro e Junho de 2008.

O Curso é composto por dezoito disciplinas de seis áreas temáticas, às quais se adiciona um Projecto Aplicado com três disciplinas de apoio, totalizando 330 horas de formação presenciais complementadas com 200 horas de *e-Learning*. O curso conta ainda com uma série de visitas de estudo a Organismos de referência da Administração Pública e os respectivos Seminários de Abertura e Encerramento. A avaliação é feita com base no desenvolvimento de trabalhos de grupo e exames escritos.

Frequentaram estas edições do Curso nacionais de todos os Estados membros, com excepção de Timor-Leste, país do qual não houve ainda candidatos.

Está já em preparação uma III edição do curso, aprovada durante a XVII RPF, que arrancará em Fevereiro de 2009.

3. Questões Temáticas

3.2. Educação

3.2.1. Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa – II fase

Esta Acção Pontual atribuiu bolsas, de curta duração, a docentes, pesquisadores, técnicos especializados e licenciados, africanos e timorenses, que realizaram estudos lusitanistas de âmbito alargado em temas de história, ciências sociais, direito, literatura, língua e outras áreas da cultura portuguesa, utilizando o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Está em preparação o livro que reúne os trabalhos dos bolseiros do Programa, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2008, na Sede do Secretariado Executivo.

3.2.2. Conferência sobre Educação Profissional e Tecnológica

Esta Conferência que teve lugar em Brasília, de 7 a 9 de Novembro de 2006, definiu as seguintes prioridades de actuação na área de ensino técnico profissionalizante: Fortalecimento do Grupo de Trabalho de Ensino Técnico Profissionalizante da CPLP; Formação de Quadros / Reforço Institucional; Reabilitação e Modernização de Infraestruturas, Equipamento de Laboratórios e Oficinas de Treinamento Prático; Reconhecimento de Diplomas na CPLP; Estrutura Curricular, Recursos Pedagógicos e Uso de Novas Tecnologias; e Criação do Observatório do Ensino Técnico Profissionalizante, conforme decisão do Grupo Executivo de Educação (GEE) e dos Ministros. Participaram, no Encontro, técnicos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

3.3. Saúde

3.3.1. Apoio à Capacitação dos Recursos Humanos em Saúde nos PALOP

Foi dada continuação ao processo de capacitação dos Estados membros na área da saúde, no âmbito do programa de cooperação FIOCRUZ-CPLP, a partir da realidade africana.

Alguns dos objectivos previstos com esta iniciativa, como sejam a viabilização de Núcleos de Apoio à Formação em Saúde Pública dos Estados membros e a qualificação de docentes em saúde pública, nomeadamente, nas áreas de gestão, vigilância epidemiológica e administração hospitalar, prevê-se que possam ser inseridos no quadro do Programa Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP.

3.3.2. Primeiro Seminário sobre Terapêutica de Malária da CPLP

Este Seminário, decorreu no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em Lisboa, entre os dias 9 e 11 de Outubro de 2006, juntou cientistas e investigadores dos países da CPLP para analisar e desenhar acções de cooperação ligadas à temática das resistências aos medicamentos antimaláricos, no contexto da RIDES – Rede de Investigadores em Saúde Tropical dos Países de Língua Portuguesa.

Este Seminário, uma das actividades de seguimento do Plano de Acção adoptado no Primeiro Encontro de Especialistas sobre Malária da CPLP, realizado em São Tomé, em 2004, centrou-se também na avaliação: (i) dos protocolos de tratamento actualmente em vigor e recomendados em cada um dos países, à luz dos esquemas propostos pela Organização Mundial de Saúde; (ii) dos dados referentes a resistências aos antimaláricos nos países da CPLP; e na programação da implementação de uma rede de vigilância epidemiológica e informação conjunta, no âmbito da CPLP.

3.3.3. Semana da Saúde da CPLP

Esta Semana teve duas partes: a primeira, dedicada aos recursos humanos da saúde, decorreu de 10 a 12 de Julho de 2006, em Lisboa; a segunda, dedicada à pediatria (mortalidade infantil e mortalidade pós-parto) e às

redes de enfermagem, teve lugar de 16 a 18 de Outubro daquele ano, também em Lisboa. Foram convidados o Dr. Jorge Sampaio, na qualidade de Embaixador de Boa Vontade da CPLP para a área da saúde e os Observadores Consultivos da CPLP da área da saúde. O Ministro da Saúde de Portugal assinou um protocolo de entendimento com a OMS África.

3.3.4. Reunião dos Institutos Nacionais de Saúde da CPLP

Esta teve lugar em Lisboa, a 2 de Novembro de 2006, e foi organizada pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT). De realçar, do decurso dos trabalhos, a criação de uma rede dos institutos nacionais de saúde, cuja formalização teve lugar na reunião dos Ministros da Saúde da CPLP, em Outubro passado, em Cabo Verde.

3.3.5. Primeiro Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa

Este 1º Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP) decorreu em Cabo Verde, entre 27 e 29 de Novembro de 2006. O Secretariado Executivo esteve representado pelo seu Secretário Executivo Adjunto, Embaixador Tadeu Soares, que interveio na abertura dos trabalhos e em mesa redonda dedicada à formação e cooperação, ocasiões em que manifestou o apoio da CPLP às organizações da sociedade civil em geral, tendo explicado as vantagens que a Comunidade pode ter na internacionalização dos projectos de cooperação.

Os trabalhos, de carácter profundamente técnico, foram marcados pela apresentação de vários projectos, nomeadamente, a proposta de criação de associações especializadas de médicos a nível da CPLP; propostas de cooperação na formação de profissionais e a possibilidade de se criar, em Cabo Verde, um Centro de Formação Médica Especializada da CPLP. Dada a importância deste, foi já assinado Um Memorando de Entendimento entre a CMLP e a CPLP para a criação do Centro que se prevê que comece a funcionar com Cursos de três anos, podendo receber até vinte candidatos/ano para obterem especialização. A prazo, prevê-se a extensão da frequência do Centro a jovens médicos de países não membros da CPLP, em resultado de Acordos com a OMS e Acordos bilaterais com os países interessados.

3.3.6. II Encontro de Medicina Tropical dos Países de Língua Portuguesa

Neste Encontro, que teve lugar em Março 2007, em Campos do Jordão, no Brasil, pesquisadores e cientistas dos países de língua portuguesa debateram questões relacionadas com a medicina tropical, no âmbito da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde Tropical nos Países da CPLP – RIDES (criada durante o I Encontro, em Março de 2006).

3.3.7. Reuniões Técnicas Preparatórias da I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP

Estas Reuniões Técnicas decorreram em Novembro 2007, na cidade da Praia, e em Março de 2008, em Lisboa, na sede do Secretariado Executivo. Durante estes encontros foram debatidas várias das questões que viriam a ser retomadas na I Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP, de 11 e 12 de Abril de 2008, designadamente a proposta de a elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP).

3.3.8. Bibliotecas Móveis de Enfermagem em Português

Este projecto, aprovado durante a XVI RPF, financiado pelo IPAD através do Fundo Especial da CPLP, pretende proporcionar a consulta de informação essencial e actualizada sobre saúde e enfermagem com vista a melhorar a prestação de cuidados básicos no interior dos PALOP e Timor-Leste e a facilitar o acesso dos profissionais da enfermagem à aprendizagem ao longo da vida, através do fornecimento de Bibliotecas Móveis certificadas.

A formação e entrega das três primeiras Bibliotecas Móveis de Enfermagem foram efectuadas na Guiné-Bissau, entre 20 e 27 de Junho.

As Bibliotecas Móveis são caixas metálicas resistentes, com bibliografia de referência em Língua Portuguesa (epidemiologia, saúde materna e infantil, cirurgia e anestesia, doenças transmissíveis, vacinação, educação para a saúde).

Em 2007 foram distribuídas 15 Bibliotecas em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e assegurada a formação dos enfermeiros gestores

respectivos. Pretende-se, em 2008, garantir a entrega de mais 19 Bibliotecas, abrangendo agora todos os PALOP.

3.3.9. Plano Estratégico de Cooperação em Saúde - PECS

Como resultado da I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (cidade da Praia, 11 e 12 de Abril de 2008), foi decidido criar um Grupo Técnico para a elaboração do PECS/CPLP, composto por representantes dos Ministérios da Saúde, sob a coordenação do Secretariado Executivo da CPLP e com o apoio técnico da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto de Higiene e Medicina Tropical – ambos Observadores Consultivos da CPLP.

Pretende-se que o PECS seja um plano flexível e participativo, susceptível de orientar uma estratégia de cooperação multilateral em saúde na CPLP, que preveja acções complementares à cooperação bilateral. Assim, o PECS deverá promover sinergias e troca de experiências e boas práticas entre todos os EM, respeitando as particularidades sociais, culturais e políticas de cada país.

Em Junho de 2008, foram desenvolvidas orientações metodológicas para a elaboração do referido Plano que deverão resultar na aprovação pelo Grupo Técnico, de uma “Proposta de Estrutura para a Elaboração do PECS/CPLP”, que contém um calendário de programação das actividades previstas para a elaboração do Plano.

Prevê-se a realização no Brasil, em Setembro de 2008, de uma Reunião Ministerial Extraordinária, para avaliar o curso do processo de elaboração do PECS/CPLP, cuja apresentação e aprovação deverá ocorrer durante a II Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, a realizar-se em Portugal, no primeiro trimestre de 2009.

3.3.10. Problemática do VIH/SIDA

3.3.10.1. Congressos da CPLP sobre DST e SIDA

O I Congresso decorreu em Dezembro de 2006, em Luanda, e o II Congresso, em Abril de 2008, no Rio de Janeiro.

Em ambos os eventos estiveram presentes representantes do Secretariado Executivo da CPLP e dos EM, que, de forma global, reafirmaram o direito à educação e à informação sobre as DST e VIH/SIDA, como forma de prevenção, assim como o compromisso em fortalecer sistemas de informação, no âmbito de uma estratégia comum e integrada dos EM da CPLP.

Mais concretamente, o II Congresso teve como objectivo promover a troca de conhecimentos, relatar o estado do VIH/sida nos países CPLP bem como promover a troca de boas práticas na prevenção e tratamento desta endemia. O Congresso reuniu cerca de 250 participantes e foi promovido pela FIOCRUZ do Brasil e pela Fundação Eduardo dos Santos.

Um dos resultados deste II Congresso foi a assinatura da “Carta do Rio de Janeiro”, documento que articulou as posições assumidas pela Sociedade Civil, as recomendações da I Reunião Ministerial de Políticas Públicas para Mulheres e VIH/SIDA da CPLP e as Recomendações da I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, onde foi aprovada a elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP. Assim, a Carta confere à Rede de Cooperação em VIH/SIDA o papel de mecanismo privilegiado de cooperação através do intercâmbio de informação, partilha de experiências e promoção de boas práticas e que no seu quadro seja elaborado um Plano de Acção que integre o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP. A Carta sublinha ainda a importância da acção da sociedade civil numa efectivação da resposta à epidemia, da defesa dos direitos humanos e da não discriminação são referências na prevenção e tratamento e que a propriedade intelectual não deve constituir um obstáculo ao acesso ao diagnóstico, prevenção e tratamento.

3.3.10.2. III Reunião de “Laços Sul-Sul”

A III Reunião de “Laços Sul – Sul”, teve lugar na Cidade da Praia, de 6 a 8 de Fevereiro de 2007. A convite da organização estiveram presentes representantes dos Organismos Internacionais e, na qualidade de observadores, representantes de Portugal, Moçambique e do Secretariado Executivo.

Inicialmente conhecida como iniciativa “Brasil +7”, reúne o Brasil, Bolívia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Paraguai, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Nicarágua. Estes oito países comprometeram-se a enfrentar juntos a epidemia do

VIH/SIDA, trocando informações, elaborando planos de acção e estratégias em parceria, no contexto da solidariedade entre os países em desenvolvimento. Esta III Reunião de “Laços Sul – Sul” (LSS) teve como objectivo fundamental fazer o balanço das acções desenvolvidas e da planificação das actividades para 2007. Procedeu-se, também, à discussão sobre o melhoramento do processo actual de cooperação, para se caminhar para o acesso universal à prevenção, diagnóstico e tratamento; sobre a possibilidade da criação de uma rede técnica sobre o VIH/SIDA entre os países da CPLP, cuja finalidade será incentivar o fortalecimento de respostas nacionais ao VIH/SIDA e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), através da cooperação técnica e concertação política entre os Estados membros. Os Estados acordaram em envidar esforços para viabilizar a criação da Rede Técnica de Articulação em HIV/ SIDA dos Países de Língua Portuguesa. Para o efeito, o Programa de DST e Aids do Brasil, em parceria com o Secretariado Executivo, irá formular a proposta de funcionamento da referida rede, compartilhando-a com os países.

3.3.10.3. II Mostra de Saúde e Prevenção nas Escolas do Brasil

A II Mostra Nacional Saúde e Prevenção nas Escolas realizou-se de 1 a 3 de Junho de 2007, na Universidade de Brasília (UnB). O Encontro, promovido pelos Ministérios da Saúde e da Educação do Brasil, com o apoio da UNESCO, UNICEF e o FNUAP, teve como objectivo fortalecer a gestão integrada entre saúde e educação e a institucionalização de acções em saúde sexual e saúde reprodutiva para a redução das vulnerabilidades dos jovens às DST/VIH/SIDA. Desta forma, a Mostra visou consolidar o Projecto Saúde e Prevenção nas Escolas e abrir espaço para a troca de experiências, das diferentes iniciativas de educação preventiva, nas escolas coordenadas por estados e municípios.

Aproveitando a presença dos representantes dos Ministérios da Saúde da CPLP e do Secretariado Executivo, nesta Mostra, houve, a 31 de Maio (de 2007), uma reunião entre estas entidades para debater as futuras actividades de cooperação da Rede Técnica de Cooperação em VIH/ SIDA da CPLP, e na sequência da reunião “Laços Sul – Sul”, em Fevereiro passado, em Cabo Verde.

Debateu-se a avaliação, alteração e aprovação da primeira proposta de Estatuto da Rede, bem como os passos seguintes a serem dados para o

Primeiro Encontro da Rede: objectivos, local, data; definição das atribuições do Secretariado da Rede; modo de financiamento da Rede e *link* no sítio da CPLP.

3.3.10.4. Criação de uma Rede de Educação Lusófona

As proporções alcançadas pelo VIH/SIDA, em África, levaram os Chefes de Estado e de Governo, na Conferência de Maputo, a adoptar uma *Declaração sobre o VIH/SIDA*, mandatando o Secretariado Executivo a desencadear acções para debelar os efeitos da doença no espaço comunitário.

Na conferência de Brasília, foi aprovado um *Acordo de Cooperação entre os Governos da CPLP sobre o Combate ao VIH/SIDA*, e um *Projecto-Piloto de Apoio à Luta contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e o VIH/SIDA*, elaborado pela CPLP. Em Dezembro de 2005, o Banco Mundial (BM), em carta enviada ao Secretariado Executivo, convidava a CPLP a estabelecer uma Rede de Educação Lusófona, capaz de acelerar a resposta do sector da Educação à pandemia.

Em Março de 2007, teve lugar, no Secretariado Executivo, encontro com o representante do Banco Mundial, para ponderar o lançamento de uma Rede de Educação Lusófona capaz de acelerar a resposta do sector da Educação à pandemia do HIV/SIDA, através da adopção de um Plano de Acção com a duração de 3 anos, explicitando os objectivos, os resultados esperados, as actividades prioritárias, o calendário para implementação das actividades, os custos e as responsabilidades de cada um dos parceiros da iniciativa. Todavia, não tem havido interesse por parte dos Estados membros para avançar com o projecto.

3.3.10.5. Parceria com a ONUSIDA

O Secretariado Executivo iniciou uma parceria com a ONUSIDA para a elaboração de um documento conjunto sobre a situação do VIH/SIDA nos países da Comunidade. Este documento visa congrega informações essenciais sobre a epidemia do SIDA nos países da CPLP, podendo servir como referência para o desencadear ou seguimento de acções de prevenção e tratamento. Em finais de 2007, foi elaborado um primeiro esboço, tendo, desde então, sido actualizado e revisto com base em dados

disponibilizados pelos Estados membros. A versão final do documento será publicada por ocasião da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ter lugar em Julho de 2007, em Lisboa.

Por iniciativa da ONUSIDA, em parceria com o Secretariado Executivo da CPLP, a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e a Universidade Lusófona, será transmitido, também por ocasião da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, um debate televisivo com jovens universitários de todos os países da CPLP, abordando o tema do VIH/SIDA.

Por outro lado, no âmbito das reuniões ministeriais da CPLP, a ONUSIDA participou na I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e VIH/SIDA (Rio de Janeiro, Março 2008) e na I Reunião de Ministros da Saúde (cidade da Praia, Abril 2008).

3.4. Trabalho Infantil

3.4.1. Combate ao Trabalho Infantil nos Países de Língua Portuguesa

Os Estados membros da CPLP reuniram-se, de 11 a 15 de Dezembro de 2006, em Turim, no âmbito da acção de formação "Combate ao Trabalho Infantil nos Países de Língua Portuguesa", promovida pelo OIT/IPEC, Centro de Formação de Turim.

Esta acção decorre do Plano de Acção, proposto na Conferência "Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos Países de Língua Portuguesa", e adoptado na reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais que teve lugar em Bissau, em Setembro de 2006.

3.4.2. I Reunião de Pontos Focais Sectoriais do Trabalho Infantil

Realizou-se, a 29 e 30 de Março de 2007, em Caparide, no Centro de Formação do Ministério da Educação de Portugal, esta I Reunião dos Pontos Focais Sectoriais (PFS) do Trabalho Infantil, no seguimento da reunião de Turim, e em cumprimento do Plano de Acção aprovado pelos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP. No Encontro definiram-se prioridades, no âmbito das acções programadas no Plano, e fez-se o respectivo balanço de execução. As prioridades estabelecidas dizem respeito: à criação de um portal, cujo acesso se fará através do Portal da CPLP (Responsável OIT);

lançamento, no dia 12 de Junho de 2007, de uma campanha, em conjunto com a CPLP, alusiva ao tema do trabalho infantil na agricultura, tendo, para o efeito, sido definido um slogan comum; capacitação dos PFS sobre a concepção dos Planos Nacionais; troca de documentação e manuais; desenvolvimento de sistemas de recolha de informação sobre o trabalho infantil e as suas piores formas e harmonização de metodologias estatísticas; e formação em normas e procedimentos. Na próxima reunião, em 2008, far-se-á uma avaliação do seu grau de execução.

3.4.3. Conferência – 10 Anos de Combate à Exploração do Trabalho Infantil em Portugal

O Secretariado Executivo esteve presente na conferência, que decorreu entre 2 e 3 de Julho de 2008, a convite do Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

3.5. Juventude e Desportos

3.5.1. Curso Internacional de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol, dos Países de Língua Portuguesa

Projecto aprovado durante a XVI RPFC, que tem por objectivo capacitar trinta e dois (32) técnicos de futebol capazes de reproduzir em seus países os conhecimentos adquiridos no Brasil. A formação, com uma carga horária de 540 horas, constituiu uma iniciativa que pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconómico dos países-membros da Comunidade e tem como meta a inclusão social e o incentivo às actividades económicas vinculadas a esta prática desportiva.

O projecto, executado pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, decorreu entre Janeiro e Junho de 2008, encontra-se actualmente em fase de avaliação de resultados.

3.5.2. Centro Internacional da Juventude CPLP

Durante a XVI RPF, São Tomé e Príncipe informou que, em cooperação com o Brasil, iria proceder à reformulação do documento do projecto. No seguimento dessa informação, o SE da CPLP solicitou aos Estados membros que emitissem parecer sobre áreas prioritárias, em termos de formação profissional, a serem contempladas no documento do projecto.

Até Julho de 2008, apenas Portugal e Cabo Verde se pronunciaram quanto à continuidade do projecto.

Portugal enviou seus contributos através de uma listagem de projectos na área de formação profissional, apoiados pelo IPAD em vários PALOP e TL, no qual se identificam formações em Construção Civil, Serralharia, Carpintaria, Electricidade, Mecânica, Secretariado e Contabilidade, Gestão e Administração, Informática, Línguas Estrangeiras, Turismo, Agricultura, Saúde, entre outras. Cabo Verde identificou, em áreas prioritárias de formação profissional como por exemplo Turismo e Hotelaria, Modernização da Agricultura e Transformação Agro-Alimentar, Gestão e Reciclagem de Resíduos Sólidos, Empreendedorismo Jovem, Energias Alternativas, Animação Sócio Cultural e Valorização do Património Cultural.

3.6. **Ambiente**

3.6.1. O Processo “Mares da CPLP”

A XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, de Novembro de 2007, adoptou uma *Resolução sobre o Desenvolvimento de uma Política de Oceanos na CPLP*, apontando a adopção e implementação de uma visão integrada dos seus espaços oceânicos, através da criação de um mecanismo que garanta a comunicação, a coordenação e o seguimento das acções tendentes à criação de sinergias para a gestão dos oceanos, a nível de cada Estado membro, bem como a coordenação das suas posições em fóruns da Comunidade internacional.

O Secretariado Executivo propôs a realização de um Encontro, na sede da CPLP, para finais de Maio do ano em curso, com o objectivo de: lançar as

bases de um mecanismo que permita à CPLP mobilizar, coordenar, comunicar e responder prontamente às solicitações dos seus Estados-membros no domínio da gestão sustentável dos oceanos; estabelecer uma dinâmica de discussão e de colaboração entre os Estados-membros, conducente ao desenvolvimento de uma Estratégia dos Mares da CPLP que seja participada e consensual; e identificar, em linhas gerais, os principais domínios estratégicos de acção para os Mares da CPLP.

Todavia, por ausência de confirmação dos Estados membros (com excepção de Moçambique), ainda não foi possível realizar esta reunião.

De assinalar as possibilidades de cooperar nesta matéria com a Comissão Oceanográfica Internacional da UNESCO, nomeadamente a através do seu programa de formação.

3.6.2. Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas

O Projecto de Formação e Implementação de Metodologias para a Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas pretende capacitar quadros para o planeamento e gestão de planos ou projectos em matéria de conservação da biodiversidade, com a elaboração de um plano de gestão para a área protegida escolhida como piloto (Moçambique) e a caracterização e inventário de zonas húmidas, incluindo a metodologia de designação de Zonas Húmidas de importância internacional.

O projecto está a ser implementado pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade de Portugal, e tem um orçamento de 60.000 EUR, dos quais 45.000 EUR são financiados pelo Fundo Especial da CPLP (contribuição de Portugal).

3.6.3. Workshop Internacional sobre Clima e Recursos Naturais

Realizou-se, em Cabo Verde (Ilha do Sal), de 2 a 7 de Março de 2008, este Workshop com o objectivo de promover, nos países de língua portuguesa, a cooperação no domínio técnico e científico sobre a problemática das alterações climáticas na CPLP, de modo a prever respostas adequadas de adaptação e mitigação.

O Workshop foi organizado em sessões científicas e um Painel temático, dos quais se salientam os seguintes resultados: foi manifestado o interesse em

serem aprofundadas as relações de cooperação entre os Serviços Meteorológicos Nacionais e as Universidades, estendendo-se ao sector privado e outros organismos envolvidos no processo de adaptação às alterações climáticas; foi recomendada a preparação de projectos de capacitação das infra-estruturas dos SMN e do treino dos seus técnicos, enquadrando os planos de desenvolvimento estratégicos nacionais bem como o estabelecimento de um Centro Internacional de Investigação sobre as Alterações Climáticas e os seus impactos previstos para os PALOP, em particular, de modo a permitir a tomada de decisões fundamentadas sobre as medidas de adaptação adequadas.

3.6.4. Seminários de Formação e Produção de Material Didáctico no âmbito do Projecto SureAfrica

Esta acção visa a promoção do conhecimento e a apropriação da temática que envolve a criação de um “Centro de excelência para a construção, arquitectura e planeamento urbano sustentáveis” em países africanos de língua oficial portuguesa, através de acções de formação, publicação de manuais de referência e criação de um website interactivo.

O projecto, iniciado em 2007, era já objecto de co-financiamento por parte da União Europeia, em cerca de 50%, ao abrigo do programa COOPENER. A CPLP aprovou um financiamento no valor de €41.000,00 destinado à realização de seminários e disseminação de resultados nas áreas do planeamento e desenvolvimento urbano sustentáveis a terem lugar em Angola, Cabo Verde e Moçambique, no quadro da contribuição da Cooperação Portuguesa para o Fundo Especial.

O início da acção está marcado para Agosto de 2008 com deslocações a Maputo e posteriormente a Luanda.

3.6.5. Fórum sobre Energias Renováveis

No âmbito ainda da XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Lisboa, a 2 de Novembro de 2007, foi adoptada uma *Resolução sobre Energias Renováveis e Protecção do Meio Ambiente*, que recomenda a realização de um Fórum sobre Energias Renováveis no âmbito da CPLP, com um duplo objectivo: (i) troca de experiências e obtenção de consensos e apoios a nível nacional e internacional; (ii) e criar parcerias entre o sector

público, o sector privado e o meio académico, com o objectivo de identificar e implementar projectos para o desenvolvimento de energias renováveis e expansão da sua aplicação, transferência de tecnologia e capacitação institucional no espaço da CPLP.

Estão-se a desenvolver esforços para que este fórum venha a ter lugar em Outubro de 2008.

3.6.6. Educação Ambiental

Na sequência da realização, em Brasília, em Maio de 2006, da III Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP, que adoptou uma Plataforma de Cooperação da CPLP na área ambiental, foi apresentada à Reunião de Pontos Focais de Cooperação, de Fevereiro de 2007, um Projecto de Educação Ambiental. Este foi aprovado, em Julho de 2007, estando as contribuições para o seu orçamento praticamente concluídas. As actividades do projecto deverão iniciar-se brevemente.

O Projecto "Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável" propõe a constituição de centros de informação e referência em educação ambiental, Salas Verdes, em cada Estado membro e a elaboração de um Programa CPLP de Educação Ambiental. Pretende, ainda, realizar uma Campanha Internacional de Educação Ambiental com ênfase no tema Mudanças Climáticas.

O projecto foi aprovado na XV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (2007) e está a ser implementado (à margem da IV Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP decorreu a 2ª Reunião do Comité Gestor do Projecto), sendo a entidade executora o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Ambiente do Brasil. O seu orçamento é de 349.515 USD, dos quais 247.000 USD são financiados pelo Fundo Especial da CPLP (contribuições do Brasil e de Portugal).

3.6.7. Programa de Combate à Desertificação na CPLP

Neste quadro, abrem-se ainda fortes perspectivas de ser adoptado um Programa de Combate à Desertificação na CPLP, estando a ser preparada a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Secretariado Executivo e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.

O Projecto de Formulação de um Programa de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul da CPLP para implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que se enquadra na cooperação entre a CPLP e a FAO, tem por objectivo o fortalecimento das capacidade nacionais para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e de Programas de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação, tendo em conta as necessidades específicas de cada Estado membro, bem como a procura de parcerias e sinergias na concepção de um Programa CPLP de Combate à Desertificação.

O Projecto já está em execução e espera-se que a 1ª reunião do Comité de Coordenação composto pelos Pontos Focais da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, da Educação Ambiental, representantes dos Ministérios da Agricultura e Secretariado Executivo da CPLP, seja realizada em Setembro próximo.

A contribuição da FAO ao Projecto ascende aos 475.000USD. O Secretariado do Comité de Coordenação Programa de Cooperação será assegurado pelo Secretariado Executivo da CPLP que, através desta componente, financiará directamente a sua participação no programa. A Cooperação Portuguesa também já anunciou uma contribuição na ordem dos 100.000 EUR. Aguarda-se o anúncio da contribuição do Brasil.

3.6.8. Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade Territorial, Gestão da Terra e Aspectos Legais

O Projecto para a formulação de um Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade Territorial, Gestão da Terra e Aspectos Legais, resulta da cooperação entre a CPLP e a FAO. Na sua 1ª fase, procedeu a um inventário das capacidades, potencialidades e necessidades, nomeadamente técnicas e institucionais dos países da CPLP, e programa detalhado da formação que é preciso dar aos técnicos que trabalham nestas áreas, tendo sido apresentada uma proposta para a implementação do programa no quadro da cooperação sul/sul com Brasil e Portugal.

A 2ª fase do projecto, consiste num Programa de cooperação fundiária na CPLP, com um orçamento indicativo de 983.000 USD.

3.7. Sistemas de Informação, TIC e Engenharia

3.7.1. Seminário "A importância dos Sistemas de Informação Geográfica na Gestão dos Recursos Geológicos e Mitigação dos Riscos Geológicos"

Esta acção, aprovada no decurso da XVI RPFC, de Fevereiro de 2008, visa promover a percepção dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de gestão dos Recursos Geológicos e de apoio ao desenvolvimento sustentável; divulgar o projecto da Comissão Europeia AEGOS de cooperação EU-ACP e preparar a participação dos PALOP e TL no projecto e nas comemorações do Ano Internacional do Planeta Terra. O seminário decorrerá em Outubro de 2008.

3.7.2. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP

Aprovado no decurso da XVI RPFC, de Fevereiro de 2008, o objectivo do programa é garantir a qualidade e segurança das obras de engenharia civil a realizar nos PALOP através do objectivo específico de reforço da capacidade de intervenção dos LABPALOP nas obras de engenharia civil de carácter vital, numa lógica de sustentabilidade, credibilidade e reconhecimento das suas capacidades técnicas e dos seus recursos humanos. As actividades desdobram-se em acções de formação, assistência técnica bem como de apoio à aquisição de documentação e equipamentos.

Até Julho de 2008 foram realizados as seguintes acções: a) em Moçambique: Curso de Pequenas Barragens de Terra (parceria LEM, Universidade Eduardo Mondlane e Ordem dos Engenheiros de Moçambique); Cursos de Software Livre em Engenharia (parceria LEM, Ordem dos Engenheiros de Moçambique e Instituto dos Transportes e Comunicações de Moçambique) e Cursos de Fundações; b) em Cabo Verde: teve lugar uma jornada de trabalho na área da observação de barragens de betão.

3.7.3. Governo Electrónico

Foi realizada uma visita técnica, em Setembro de 2007, a Moçambique, com vista à reformulação da proposta de “Projecto Governo Electrónico”. Esta visita decorreu da sugestão feita pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), do Brasil, nova instituição executora do projecto.

Na XVI RPF, os Pontos Focais reconheceram a necessidade de: (i) reformulação do projecto, à luz do actual estágio de evolução da área de governo electrónico em que se encontram os países, (ii) identificação dos pontos de contacto de governo electrónico dos Estados membros e (iii) realização de uma reunião técnica para a reavaliação de acções prioritárias.

Após reiteradas tentativas para se efectuar a mencionada reunião técnica, foram solicitadas informações aos estados membros para que se manifestassem quanto ao interesse em assegurar a continuidade deste projecto. Até Julho de 2008, apenas se conseguiu obter reacções do Brasil (que confirmou o seu interesse no projecto e indicou o seu ponto focal – Director do Governo Electrónico da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação) e de CV (que reiterou o seu interesse em assegurar a continuidade do projecto e manifestou a sua disponibilidade e interesse em participar na reunião técnica).

3.8. Segurança Alimentar e Nutricional

Realizou-se, em Luanda, de 1 a 3 de Outubro de 2007, o 1º Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional: um Desafio de Cooperação e Desenvolvimento na CPLP, tendo o Secretariado Executivo estado presente. Este decorreu em dois Painéis “Segurança Alimentar como Factor de Desenvolvimento” e “Alimentação e Nutrição: Recursos Naturais e Qualidade de Vida”, com cinco temas cada um.

Realce para a criação da Rede sobre Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo os participantes se comprometido a criar as condições técnicas para o seu lançamento, no mais curto espaço de tempo. O Brasil disponibilizou-se para realizar o 2º Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional, em 2008.

4. Cooperação Económica e Empresarial

4.1. II Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa

Neste Fórum, que decorreu em Macau, a 24 e 25 de Setembro, em dois segmentos, ministerial e empresarial, reunindo os países da CPLP, foi assinado um Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial, 2007-09. Este estabelece um conjunto de acções para a consecução de objectivos primordiais, na maioria das vezes desenvolvidos numa óptica bilateral (da China com cada um dos países parceiros de língua portuguesa): duplicar o investimento; estimular as trocas comerciais até aos 50 mil milhões de USD no final do período; estudar a viabilidade de se criar um mecanismo de cooperação financeira próprio do Fórum; e apostar na formação de quadros nas áreas de línguas, comércio, turismo, finanças e gestão empresarial e administrativa.

A realização do Fórum, na sua 2ª edição (a 1ª foi em Outubro de 2003) , demonstra o interesse da China em continuar a fortalecer a sua cooperação económica e comercial com os países da CPLP, que já é apreciável com alguns desses países, desempenhando Macau a função de plataforma no reforço dessa cooperação entre os dois blocos, na sua qualidade de herdeira de uma língua e legado cultural que a ligam a Portugal e demais países falantes do português.

A Delegação do Secretariado Executivo, integrada no Grupo das Organizações Internacionais (OI), foi recebida pelo Ministro do Comércio da China, Sr. Bo Xilai e pelo Chefe do Executivo da RAEM, Dr. Edmund Ho.

5. Administração Pública

5.1. I Encontro dos Institutos de Administração Pública da CPLP

Este primeiro Encontro dos Institutos de Administração Pública da CPLP teve lugar em Lisboa, a 6 de Dezembro de 2006, à margem da reunião dedicada à Agenda de Lisboa. Destaque para a criação de uma rede de institutos nacionais de administração pública da CPLP; e assinatura de um acordo de financiamento para a participação de representantes da CPLP, numa formação dirigida a titulares de cargos de direcção superior e intermédia e licenciados da Administração Pública.

6. Cooperação com a Sociedade Civil

A importância das organizações da sociedade civil é reconhecida pelos principais órgãos da CPLP que, a seu respeito, têm adoptado diversas decisões com vista à integração do seu enorme potencial na dinâmica do desenvolvimento da Comunidade.

Na recente alteração dos Estatutos da CPLP foi contemplada a admissão de organizações da sociedade civil como Observadores Consultivos (art.7º), abrindo-lhes caminho para, assim, participar de maneira activa na vida da organização *através do seu envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização.*

No seguimento da visita do Secretário Executivo ao Brasil, dirigiram-se convites a um conjunto de organizações da sociedade civil brasileira, contactadas no decurso da visita, para que solicitassem o estatuto de observador consultivo da CPLP. Nesse sentido, houve vários pedidos, pelo que o número de observadores consultivos aumentou significativamente, estendendo-se a importantes organizações e universidades daquele país.

À data, são Observadores Consultivos da CPLP 38 entidades, das mais variadas áreas de actividade (vide anexo I). Mais cerca de 6 aguardam a aprovação formal do Conselho de Ministros da CPLP que se reunirá na sua XIII reunião ordinária, a saber: Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República Portuguesa; Concórdia (Portugal); Fundação Evangelização e Culturas (Portugal); Fundação Novo Futuro (São Tomé e Príncipe).

6.1. I Reunião do Secretariado Executivo com os Observadores Consultivos da CPLP

Tarefa curial foi a realização desta reunião, a 19 de Outubro de 2007, em Lisboa, que congregou os Estados membros, os Observadores Consultivos (OC) e o Secretariado Executivo, com vista a articular-se a participação efectiva desse conjunto de entidades na vida da Organização.

Deste encontro, as principais conclusões a retirar são as seguintes: (i) as reuniões anuais devem ter lugar antes das reuniões/cimeiras dos altos responsáveis governativos dos EM; (ii) dada a diversidade de objectivos dos

OC, constatou-se que as reuniões de carácter temático devem ter lugar antes da reunião anual entre os OC e o Secretariado Executivo; (iii) criação de um portal, no site da CPLP, destinado aos OC, onde figurará uma breve nota relativa à natureza, princípios e objectivos de cada OC, bem como dos seus projectos em curso no âmbito da CPLP; (iv) área prioritária de acção a promoção da língua portuguesa e da cultura lusófona; no que diz respeito à língua portuguesa sublinha-se a questão da formação de professores para seu ensino enquanto língua segunda; (v) questões da igualdade de oportunidade entre os géneros, da juventude e do desporto, considerando o seu carácter transversal, deverão ser tratadas através da sua inclusão em futuros programas e/ou projectos das áreas prioritárias a desenvolver; (vi) Compromisso de empenho, por parte das presentes organizações OC, na divulgação da CPLP, dos seus propósitos, desígnios e iniciativas, no seio da Sociedade Civil dos EM bem como junto das diásporas lusófonas.

6.2. II Reunião do Secretariado Executivo com os Observadores Consultivos da CPLP

Esta teve lugar a 16 de Junho passado, na FLAD, com a presença de 32 Observadores Consultivos e de Representantes dos EM. Foi reiterado que tais encontros deverão continuar a ter uma periodicidade anual e, sempre que possível, em data próxima da realização das Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros da CPLP

Dos trabalhos retiraram-se um conjunto de conclusões, de que se destacam quanto à: (i) Reflexão sobre o Papel dos Actores da Sociedade Civil na Cooperação a Nível da CPLP – foi considerado que a sociedade civil é estruturante na relação entre a CPLP e os seus EM, pelo que é essencial assegurar a sua participação nos projectos da CPLP. Desta forma, aos projectos da CPLP de carácter essencialmente governamental deve também ser associado o contributo das organizações da sociedade civil, dada a sua experiência no terreno; A juventude pode desempenhar um papel muito importante na afirmação da CPLP, sendo para isso essencial reforçar a sua identidade cultural, baseada na riqueza dessa diversidade; Atendendo aos espaços de afirmação regional de cada um dos EM, foi sugerida a criação de uma dinâmica de trabalho em rede que possa reforçar os laços de cooperação já existentes, ressaltando o potencial que esses espaços de integração regional constituem para o reforço dessas dinâmicas e aprimoramento de metodologias para uma maior eficácia nesse

relacionamento; (ii) Participação dos Observadores Consultivos nas Iniciativas da CPLP – tendo como pano de fundo os ODM, foram apresentadas ideias e iniciativas da CPLP em várias áreas, tendo sido solicitada a colaboração dos Observadores Consultivos, de acordo com as respectivas vocações, para a realização dessas iniciativas, nomeadamente ao nível do PIC (Plano Indicativo de Cooperação), Portefólio e Perfis de Projectos Culturais, Linhas Gerais da Proposta de Plano Estratégico da CPLP de Apoio a Timor-Leste e Linhas Gerais do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP; (iii) Apresentação e Discussão das Orientações para o Relacionamento entre os Observadores Consultivos e o Secretariado da CPLP para facilitar o diálogo entre o SE e os OC; (iv) Prémio da CPLP “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, tendo o Presidente da FLAD proposto aos OC a atribuição de um prémio da CPLP “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, apoiado pela FLAD e a AULP; (v) Apresentação da Proposta do Modelo de Elaboração de Projectos e Acções Pontuais de Cooperação; (vi) Apresentação do Novo Portal da CPLP, nomeadamente, as modalidades práticas de “alojamento” dos Observadores Consultivos no Novo Portal.

6.3. Protocolos de Cooperação

Entre Setembro de 2006 e Julho de 2008, o Secretariado Executivo assinou os seguintes protocolos com entidades da sociedade civil: (i) Protocolo de Cooperação com a Escola Superior de Educação da Guarda – ESEG, para cooperação no domínio da formação, do ensino localizado ou à distância e na investigação científica, feito na Guarda, a 22 de Março de 2007; Protocolo de Cooperação com a Agência Cabo-Verdiana de Notícias - INFORPRESS, para partilha de conteúdos noticiosos entre as duas entidades, feito na Praia, a 15 de Junho de 2007; (ii) Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Cabo Verde, a Comunidade Médica de Língua Portuguesa e a CPLP, destinado à formação (cursos de especialidade) de médicos dos PALOP e Timor-Leste, feito na Praia, a 15 de Junho de 2007; (iii) Protocolo com o Centro Cultural Malaposta, em Lisboa, a 12 de Junho de 2008.

7. Cooperação com Organismos Internacionais

Dando cumprimento a um dos princípios orientadores da CPLP no sentido da consolidação da sua projecção internacional, procura de parcerias e fontes de financiamento, foram estabelecidas e perspectivam-se relações privilegiadas com a Organização das Nações Unidas e suas agências e com as Organizações regionais onde os Países de Língua Portuguesa se inserem.

7.1. Organização das Nações Unidas (ONU)

Foram desenvolvidas algumas acções entre os Secretariados da CPLP e da ONU, no âmbito do seu estatuto de Observador da ONU desde 1999 (cf. RES 54/10), concedido pela Resolução L.14, adoptada no Plenário da sua 59ª Sessão da Assembleia Geral, em 21/10/2004, relativa à Cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP, parte integrante do Relatório do Secretário-Geral à 61ª Sessão da Assembleia-Geral.

7.1.1. Cooperação entre as Nações Unidas e as Organizações Regionais

O SGNU publicou o relatório A/61/256 sobre a Cooperação entre as NU e as Organizações Regionais e outras Organizações, que aborda a cooperação da ONU com várias Organizações, de entre as quais a CPLP, submetido à 61ª sessão da Assembleia-Geral (2006).

Nesta sessão da AGNU foi adoptada uma resolução sobre a cooperação entre as NU e a CPLP, tendo o Secretário Executivo levado a cabo diligências, junto do Presidente do Grupo em Nova Iorque, para consultas quer com o Grupo quer com o Secretariado, com a referência A/61/L43 (de 20/12/2006).

A resolução, entre outras disposições, toma nota, com apreço, dos progressos conseguidos na cooperação entre a CPLP e as Agências especializadas e outros órgãos e programas das NU; e convida o SGNU e o Secretário Executivo da CPLP a iniciarem consultas com vista a considerarem o estabelecimento de um acordo formal de cooperação.

7.1.2. Processo de Alto Nível entre as Nações Unidas e as Organizações Regionais e outras Organizações Intergovernamentais

O Secretário Executivo participou, em Nova Iorque, a 22 de Setembro de 2006, na 7ª Reunião de Alto Nível entre as NU e as Organizações Regionais e outras Organizações intergovernamentais, cujo objectivo central foi a implementação da resolução 1631 (2005) do Conselho de Segurança, relativa à cooperação entre as NU e as agências regionais na manutenção da paz.

A cooperação com a União Africana (UA) e organizações sub-regionais africanas esteve no centro do debate, tendo, a par da avaliação dessa cooperação, sido considerado dever prosseguirem-se esforços para que, no futuro, as Organizações regionais africanas tenham um papel cada vez mais efectivo, coordenado e dinâmico no domínio da prevenção de conflitos e manutenção da paz.

O relatório do Secretário-Geral, que esteve no centro dos debates no Conselho de Segurança e na Reunião de Alto Nível, destaca a clarificação de funções, para o estabelecimento de parcerias entre as NU e as Organizações, como um dos principais desafios da cooperação entre estas entidades.

O Secretário Executivo da CPLP, na sua intervenção na Reunião de Alto Nível, concordou com o SGNU que o principal desafio dessa parceria é a coordenação efectiva, ao nível operacional, entre as NU e as Organizações Regionais e Sub-Regionais e o reforço de capacidades na prevenção de conflitos e manutenção da paz. Quanto à clarificação de funções, com vista a uma definição rigorosa da divisão de trabalho entre Organizações com capacidades na prevenção de conflitos e manutenção da paz e Organizações sem essa capacidade, referiu que a CPLP, não tendo disposições estatutárias ou capacidade operacional para a prevenção de conflitos e manutenção da paz, tem o primado da paz como disposição fundamental da sua constituição, para além da promoção e defesa da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social que, sendo fundamentos da Organização, são uma contribuição essencial para a prevenção de conflitos.

Sublinhou, ainda, que CPLP estabeleceu, nos seus documentos constituintes, a cooperação com as NU e as suas Agências como objectivo fundamental da sua acção, pelo que conta com o apoio daquela Organização e da

Comunidade internacional para o reforço de capacidades e assistência na coordenação de esforços para a implementação dos seus programas e projectos nos Países de Língua Portuguesa.

Em relação ao estabelecimento de parcerias entre as NU e Organizações Regionais e outras Organizações intergovernamentais, considerou que a CPLP deverá integrar essa parceria, ainda que não agindo ao abrigo do Capítulo VIII da Carta, procurando reforçar o apoio das NU em programas e projectos que pretende desenvolver nos seus Estados membros, em especial no domínio do reforço da democracia e do Estado de direito, do respeito e promoção dos direitos humanos e da cultura da paz.

Foi, neste sentido, que o Secretário Executivo dirigiu uma carta ao SGNU pela qual manifestava a vontade de a CPLP se juntar ao mecanismo regional-global para a prevenção de conflitos.

No que diz respeito à cooperação da CPLP com as Agências das Nações Unidas, há a destacar:

7.1.2.1. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

A UNESCO e a CPLP, cujo Acordo de cooperação data de Outubro de 2000, têm-se feito representar, mutuamente, nos encontros mais importantes de cada uma das Organizações e os dois Secretariados têm executado, conjuntamente, algumas actividades, nomeadamente, a Comemoração do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO, preparado pelo Grupo CPLP/UNESCO e aquela Organização, que vai já no seu 3º ano consecutivo. Este ano foi comemorado a 23 de Junho e contou com a presença do Secretário Executivo; e a Reunião sobre a criação de uma "Plataforma de Partilha de Conteúdos entre OPTV CPLP" (projecto CPLP, UNESCO e a sua Comissão Nacional em Portugal) realizada em Outubro de 2007, que teve por objectivo desenvolver a cooperação multilateral entre os profissionais dos média dos Países de Língua Portuguesa.

Estão em fase de preparação, dois projectos, a saber:

- Seminário de Formação de Jornalistas de TV na Prevenção do VIH/SIDA: a ser desenvolvido pela Divisão para a Liberdade de Expressão, Democracia e Paz (Sector de Comunicação e Informação)

da UNESCO, pela sua Comissão Nacional em Portugal, pela UNAIDS, pelo Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RTP. O seminário poderá ser organizado no segundo semestre de 2008, ao abrigo do programa de capacitação e melhoria da competência profissional dos produtores de televisão em matéria dos trabalhos sobre VIH/SIDA daquela Divisão da UNESCO, e procurará mobilizar um compromisso, para o longo prazo, em matéria de apoio à prestação de informação sobre prevenção e tratamento de VIH/SIDA.

- Seminário de Formação de Jornalistas sobre a Cobertura de Eleições, em parceria com a UNESCO e a sua Comissão Nacional em Portugal, e a RTP, o projecto contemplará um seminário de formação em cobertura eleitoral para um número, a definir, de jornalistas dos Estados-membros da CPLP. Após o seminário, os jornalistas deverão acompanhar as Missões de Observação Eleitoral da CPLP, reportando o processo de escrutínio, antes e depois do acto eleitoral, na senda da transparência e rigor do trabalho jornalístico.

7.1.2.2. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

Foi assinado, em Março de 2006, um Projecto de Cooperação Técnica entre a CPLP e a FAO, para a formulação de um “Programa de Capacitação Regional sobre o Regime de Propriedade Territorial, Gestão da Terra e Aspectos Legais, dirigido aos países membros da CPLP”, num montante de USD 257.000.

A 1ª fase está concluída, devendo a 2ª fase (implementação do Programa propriamente dito) ser lançada logo que sejam identificadas fontes de financiamento, e no seguimento da realização do Seminário Final da 1ª fase, que se realizou em Cabo Verde, país sede do projecto, em Setembro de 2007.

Em Maio de 2008, foi assinado o Projecto de Cooperação Técnica (TCP) para a “Formulação do Programa CPLP de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul para a Implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação”.

Este Projecto, que cobrirá todos os países da CPLP, tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos PALOP e Timor-Leste, através de dois objectivos específicos: capacitação

nacional para o planeamento intersectorial e participado do combate à desertificação; concepção de um Programa de Cooperação CPLP de combate à desertificação.

No termo do Projecto espera-se que os países CPLP tenham em execução um Programa de Cooperação comunitária, desenvolvido de forma cooperativa e sinérgica, visando quer a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, quer a aquisição das capacidades essenciais para o planeamento integrado do combate à desertificação e boa execução desse Programa.

O Programa de Cooperação CPLP para o Combate à Desertificação, que este Projecto permitirá formular, representa um elemento fundamental (i) na luta contra a degradação das terras e, portanto, das condições de vida das populações que habitam as zonas afectadas; e (ii) na gestão e conservação dos recursos naturais, auxiliando também o combate às alterações climáticas.

7.1.2.3. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Foi assinado, com o FIDA, um Acordo de Cooperação para Combater a Pobreza Rural nos Países em Desenvolvimento de Língua Portuguesa, em Lisboa, a 8 de Novembro de 2007, por ocasião dos Dias Europeus de Desenvolvimento. O Acordo visa contribuir para a consolidação de uma parceria, habilitando os países a aproveitar melhor os recursos disponíveis para combater a pobreza rural. Está em curso a identificação de acções concretas de cooperação.

7.1.2.4. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)

Contrariamente ao que tem sucedido em anos anteriores, não se registou, em 2007 e 2008, nenhuma acção de formação, nomeadamente no domínio dos portos e negociação de acordos internacionais de investimento. Tem sido apontada como principal dificuldade, encontrar formadores de língua portuguesa e material didáctico em português.

7.1.2.5. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A língua portuguesa continuou a ser utilizada nas Conferências Internacionais do Trabalho, nomeadamente em duas das quatro comissões normativas (Pescas e Aplicação de Normas), constatando-se o incremento de publicações de obras de referência em português, o que vem testemunhar o crescente reforço da utilização da língua portuguesa em tão importante Organização. A OIT e o Secretariado têm desenvolvido acções no âmbito do combate à exploração do trabalho infantil e outras questões sociais.

7.1.2.6. Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

O Secretariado da OMPI elaborou um Programa de Cooperação com a CPLP no domínio de Direitos de Autor e Direitos Conexos, em conformidade com uma resolução sobre a matéria adoptada pela Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP (Maio de 2005). Este foi remetido para parecer aos EM, aguardando-se destes as reacções.

7.1.2.7. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

Em Dezembro de 2006, foi assinado um Acordo de Cooperação que prevê a consulta mútua e troca de informações, estando recenseadas como áreas primordiais de cooperação: promoção do Estado de direito, fortalecimento da democracia e da boa governação; fomento da ampla ratificação, sempre que possível sem reservas, dos instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos; fortalecimento da capacidade nacional para a promoção e defesa de todos os Direitos do Homem; estabelecimento e reforço das Instituições nacionais para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos em harmonia com os Princípios de Paris; fortalecimento da sociedade civil; promoção da educação em matéria de Direitos Humanos, colaborando no desenvolvimento de material de ensino e de formação em português.

A CPLP e o ACNUDH podem, ainda, levar a cabo actividades conjuntas de cooperação técnica e disponibilizar aos Estados membros da CPLP serviços de consultadoria no campo dos direitos humanos. Neste âmbito, está-se a preparar uma primeira acção de cooperação entre a CPLP e o ACNUDH,

que se traduzirá na realização do I Fórum sobre os Direitos Humanos na CPLP, cujo objectivo principal será a elaboração de uma Plataforma de actuação conjunta nessa matéria.

7.1.2.8. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)

Está prevista a assinatura de um Acordo de Cooperação entre os respectivos Secretariados Executivos da CPLP e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que visa, entre outros, estabelecer uma plataforma de acção conjunta com o objectivo de cooperar no domínio da luta contra a desertificação e degradação dos solos, combatendo os problemas da seca e da escassez de água e apoiando todos os esforços realizados pelos países da CPLP no combate às causas deste problema, através da implementação da Convenção.

7.1.2.9. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Abrem-se perspectivas de cooperação, decorrentes do encontro que o Secretário Executivo manteve recentemente com responsáveis do Escritório do PNUD em Bruxelas, em Maio de 2007, em que foi auscultada a possibilidade das duas instituições encetarem uma colaboração na Área da Assistência Técnica em Processos Eleitorais para os países da CPLP, nomeadamente os PALOP e Timor Leste, através do projecto ACE - *The Electoral Knowledge Network Global Training Platform of Electoral Assistance*.

7.2. Cooperação com Organizações Regionais

7.2.1. Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO)

A iniciativa da CPLP, CEDEAO e Portugal de criação do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau (GIC-GB) afigura-se-nos de alcance importante: a constituição da parceria insere-se numa abordagem e resolução multilateral de problemas que se colocam na vida internacional.

Questão relevante é que o GIC-GB cumpra os compromissos que, explicitamente, subscreveu no comunicado que o instituiu, em que a CPLP, enquanto um dos promotores, assume particular relevância.

Está em vias de ser celebrado um Acordo de Cooperação entre esta Organização e a CPLP, visando criarem-se sinergias entre as duas instituições em áreas que vão da defesa dos direitos humanos e Estado de direito a acções no âmbito dos ODM.

7.2.2. União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA)

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a CPLP e a UEMOA, assinado em Maio de 2006, tem-se apoiado a Organização na tradução, para língua portuguesa, de documentos jurídicos considerados essenciais, nomeadamente, para a Guiné-Bissau.

7.2.3. União Africana (UA)

Com a visita, ao Secretariado Executivo, do Presidente da Comissão da UA, Alpha Konaré, a 7 de Dezembro de 2006, foram lançadas as bases para uma futura cooperação entre as duas Organizações através da assinatura de um Acordo de Cooperação. Está em fase de finalização a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a CPLP e esta Organização.

7.2.4. Conselho da Europa

Está em vias de ser celebrado um Acordo de Cooperação entre esta Organização e a CPLP, visando uma futura concertação, cooperação e coordenação, entre estas entidades, em áreas prioritárias como governação democrática e direitos humanos, cooperação jurídica, diálogo intercultural, educação para a cidadania, juventude e sociedade civil.

7.2.5. Comissão Europeia (CE)

Com a visita ao Secretariado Executivo do Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, a 4 de Dezembro de 2006, abriram-se excelentes perspectivas de cooperação entre as duas organizações, tendo sido assinado um Memorando de Entendimento, em Novembro de 2007, entre a Comissão Europeia e a CPLP, que constituirá o enquadramento do relacionamento institucional e político entre as duas entidades.

No seguimento da Resolução sobre o Programa Indicativo Regional para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PIR-PALOP), adoptada pelo XI Conselho de Ministros da CPLP, em Julho de 2006, o Secretariado tem desenvolvido diligências para a viabilização da sua continuação, no quadro do X Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que entra em vigor em 2008.

8. Conclusões

No biénio 2006/2008, o quadro de cooperação da CPLP conheceu avanços conceptuais e metodológicos importantes que foram acompanhados por uma significativa progressão das actividades desenvolvidas à luz do Programa Indicativo de Cooperação (PIC).

No biénio que agora termina, entrou também em vigor uma nova Estratégia Geral de Cooperação da CPLP, aprovada pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG), e a harmonização do PIC com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

No quadro do PIC, foram desenvolvidos projectos de cooperação cujo orçamento total ultrapassa os 3 milhões de Euros, o que significa uma afectação de fundos apreciável. Em termos de áreas técnicas, esses projectos abarcaram todos os sectores de actividade de cooperação para os quais a CPLP se encontra mandatada, com especial destaque para a área da formação e capacitação institucional, com uma afectação superior a 2 milhões de Euros, ou seja, cerca de 75,0% dos projectos desenvolvidos.

Todavia, os progressos e as exigências, em termos da cooperação para o desenvolvimento que é solicitada à CPLP, obrigam ao contínuo apuro de novas reflexões e à busca de novos mecanismos de eficácia e eficiência para responder aos desafios que se apresentam. Neste âmbito, deu-se início à revisão da Estratégia Geral de Cooperação da CPLP, esperando-se que a VII CCEG endosse um novo documento estratégico que, a concretizar-se, ficará conhecido como *“Por uma nova Cooperação da CPLP- Uma Visão Estratégica de Cooperação pós Bissau”*.

Com esta nova visão, procura-se reforçar os instrumentos orientadores da cooperação já existentes, através do incremento da eficácia, coordenação e harmonização das acções de cooperação levadas a cabo pela CPLP, permitindo, a prazo, na esfera bi-multilateral, uma intervenção técnica do Secretariado Executivo, cujo desenvolvimento possa complementar, sinérgica e prioritariamente, de forma alinhada, os resultados projectados através das cooperações bilaterais.

Tal objectivo é da mais relevante importância, o que aliás se pode inferir da leitura dos Estatutos da CPLP, que referem ser um dos objectivos gerais da CPLP: *“A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação,*

saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social" (artigo 3º, alínea b).

O desafio é, portanto, de enorme magnitude. Esta nova estratégia de cooperação da CPLP continuará a harmonizar-se com os ODM e a desenvolver-se através do PIC. Este Plano apresenta uma clara orientação no sentido de que, para além de se procurar prosseguir uma via de *"a) Complementaridade entre os Estados membros e maximização da eficiência e eficácia das intervenções, acautelando que não exista duplicação de esforços (...)"*; e de *"b) Eficácia da programação no contexto da Estratégia Geral de Cooperação (...)"*, se quantifiquem também as necessidades orçamentais e se identifiquem fontes de financiamento que garantam a previsibilidade de recursos em termos de *"(...) compromissos assumidos pelos Estados membros, individual ou colectivamente, ou fontes adicionais a mobilizar pelo Secretariado Executivo e Grupos da CPLP junto de outros doadores, multilaterais e bilaterais"*.

A grande melhoria na cooperação da CPLP, para além de aperfeiçoar instrumentos, procedimentos e outros mecanismos que, apesar de tudo, existem, só será possível com a introdução de novas tipologias de projectos que configurem uma dimensão sustentável e que reúnam carácter de apropriação pelo lado dos beneficiários.

Por outro lado, dentro desta nova via de progresso, a Organização continuará a desenvolver esforços de afirmação junto de outros espaços multilaterais para, assim, obter a desejada projecção internacional e os recursos necessários para complementar o financiamento das suas actividades de cooperação para o desenvolvimento.

O desafio que se coloca só será vencido com o contributo de todos aqueles que querem uma CPLP cada vez mais forte e actuante no espaço global e interdependente no qual se insere a nossa Comunidade.